

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR
COORDENADORIA REGIONAL DE DEFESA CIVIL CAMPINAS

RESENHA – REDEC I/5

Contendo as principais notícias de interesse para a Defesa Civil Regional,

CORREIO POPULAR
PUBLICADA 12/11/2013

CHUVAS

Defesa Civil de Campinas amplia sistema de prevenção

Atuação contra tragédias agora é unificada em toda a região metropolitana; cidades receberam até "kit" para ações do setor

12/11/2013 - 07h47 | Fábio Gallacci gallacci@rac.com.br

Foto: Cedoc/RAC



Área alagada na esquina das ruas Ferreira Penteadó e Barão do Jaguará, no Centro de Campinas, durante as fortes chuvas de 2003: seis pessoas morreram na data considerada o "11 de Setembro" da cidade para a **Defesa Civil**

O dia 17 de fevereiro de 2003 ficou marcado tragicamente na história de Campinas. Fortes chuvas chegaram provocando mortes e estragos nunca antes vistos. De acordo com um levantamento feito pela Prefeitura na época, seis pessoas morreram — três de uma mesma família —, 1.375 ficaram desabrigados, 2.147 imóveis foram inundados, 125 casas estavam em áreas de risco, houve 77 pontos de alagamento viário e 121 desabamentos, inclusive de muros. Como se não bastasse, 13 ruas ficaram obstruídas e 14 pessoas feridas foram encaminhadas aos hospitais. Paulínia, Valinhos, Monte Mor, Sumaré e Pedreira também registraram problemas. “Foi o nosso 11 de Setembro (alusão aos atentados terroristas às torres do World Trade Center, em Nova York, em 2001)”, define o coordenador regional **da Defesa Civil**, Sidnei Furtado.

Mas a tragédia deixou lições. A partir disso, a noção de que é fundamental a adoção de políticas públicas para garantir uma maior resistência a novos desastres e ter mecanismos para se antecipar a essas ocorrências passou a nortear a atuação da Defesa Civil não só na cidade, mas em toda a Região Metropolitana de Campinas (RMC). Essa unidade se materializou com a criação, em 2010, de uma Câmara Temática, que realiza reuniões mensalmente para discutir o assunto e tem ganhado força nos últimos anos.

A partir disso, os planos contra desastres passaram a ser metropolitanos de fato. Tudo passou a ser padronizado. O maior benefício dessa mudança de postura é

que todas as cidades falam a mesma língua e uma pode ajudar a outra de forma mais eficaz quando necessário. “A partir do que aconteceu no ano daquelas mortes, foi iniciada toda a mudança de configuração do trabalho, que deixou de ser a simples resposta de operação quando os fatos ocorrem para algo mais voltado para a gestão, para um trabalho ao longo de todo o ano, o que evita que as situações tenham reflexos mais graves”, diz Furtado. “Tanto é que, desde 2003, Campinas não decretou mais nenhuma situação de emergência. Já tivemos chuvas semelhantes àquelas e, mesmo assim, não houve decretação. Esse é um fator que até mesmo a ONU (Organização das Nações Unidas) considerou como modelo. Toda a estratégia que vem sendo adotada em nossa região está repercutindo internacionalmente”, conta o diretor regional.

A prova de que tudo saiu do discurso e começa a virar ação é que todos os 19 municípios da RMC acabam de receber um veículo e uma estação de trabalho específica para o tema. Cada “kit” custou R\$ 32 mil. Agora, até mesmo as cidades menores têm a estrutura básica necessários de Defesa Civil, algo exemplar no Brasil. Também há a ajuda de softwares que conseguem dimensionar a chegada de, por exemplo, grandes tempestades e apontar onde elas serão mais fortes. Isso permite uma ação antecipada, que pode salvar vidas. Mesmo assim, o que se prega agora é que a prevenção aconteça antes mesmo de qualquer tempo ruim. Todas as épocas do ano são importantes para se pensar em prevenção, seja com as chuvas ou no tempo seco, quando o risco são as queimadas. “As cidades passaram a pensar a Defesa Civil de maneira diferente. É importante salientar que todos os servidores de todas as secretarias de uma Prefeitura também fazem parte da equipe. Ao evitar que novas ocupações de áreas ocorram, locais que geralmente tornam-se futuras áreas de risco, a Administração está ajudando a **Defesa Civil**. O mesmo acontece com a Assistência Social ou a Saúde. Todos têm de trabalhar para que cidade esteja preparada para reagir em caso de necessidade”, comenta Furtado.

1.338,88%

A preocupação com a prevenção se justifica em números. Dados sobre o Estado de São Paulo mostram que a ocorrência de desastres cresceu 1.338,88% em dez anos — entre 2000 a 2010. Em um período dos 20 anos, foram mais de 5 milhões de pessoas atingidas por desastres naturais.

SAIBA MAIS

O mapa das tragédias no Estado de São Paulo

5
MILHÕES
de pessoas foram atingidas por desastres no Estado de São Paulo em 20 anos

245
MORTOS
em desastres no Estado de São Paulo em duas décadas

61
DESAPARECIDOS
em desastres no Estado de São Paulo em duas décadas

Desastres naturais mais recorrentes em São Paulo (de 1991 a 2010)

- Inundação brusca **54%**
- Inundação gradual **14%**
- Deslizamento de terra **8%**
- Outros **11%**

Municípios atingidos na RMC entre 2000 e 2010 (Decretos de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública)



Municípios mais atingidos por desastres naturais em São Paulo de 1991 a 2010

11 vezes	10 vezes	9 vezes	8 vezes
Cajati	Araçatuba e Iguape	Caieiras, Francisco Morato, Jacupiranga, São Paulo e Sete Barras	Mauá e Paraguaçu Paulista

As vantagens do planejamento contra calamidades

- Vidas e propriedades salvas.
- Participação cidadã ativa e uma plataforma para o desenvolvimento local.
- Bens comunitários e herança cultural protegidos.
- Segurança para investidores.
- Ampliação do investimento de capital em infraestrutura, incluindo reequipamento, renovação e recuperação.
- Aumento da base tributária, oportunidades de negócios, crescimento econômico e maior segurança de empregos.

Principais responsáveis pelo risco de calamidades públicas

- O crescimento das populações urbanas e o aumento de sua densidade, o que interfere diretamente nos solos e nos serviços, ampliando as ocupações de planícies costeiras, ao longo de encostas instáveis, e das áreas de risco.
- A concentração de recursos e capacidade em âmbito nacional, com ausência de fiscalização, recursos humanos e capacidades no governo local, incluindo ordens pouco claras para ações de resposta e de redução de riscos de desastres.
- A governança local fragilizada e a participação insuficiente dos públicos de interesse locais no planejamento e gestão urbana.
- A gestão dos recursos hídricos, dos sistemas de drenagem e de resíduos sólidos inadequada podem causar emergências sanitárias, inundações e deslizamentos.
- O declínio dos ecossistemas, devido as atividades humanas, tais como a construção de estradas, a poluição, a recuperação das zonas úmidas e a extração insustentável de recursos que comprometem a capacidade de oferecer serviços essenciais, como, por exemplo, a proteção e regulação contra inundações.
- A deterioração da infraestrutura e padrões de construção inseguros, que podem levar ao colapso das estruturas.
- Os serviços de emergência descoordenados, que afetam a capacidade de rápida resposta e preparação.
- Os efeitos adversos das mudanças climáticas que irão, provavelmente, aumentar as temperaturas extremas e as precipitações, na dependência de condições localizadas, com um impacto sobre a frequência, a intensidade e a localização das inundações e outros desastres relacionados ao clima.

Fontes: Coordenadoria Regional de Defesa Civil, Organização das Nações Unidas (ONU) e documentos oficiais do Estado de São Paulo